

PROGRAMA DE GOVERNO PARTICIPATIVO



**VALDECI PREFEITO
FARRET VICE**

VAMOS JUNTOS POR SANTA MARIA!
FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - PT/PCdoB/PV / UNIÃO

SUMÁRIO

1	SAÚDE.....	4
2	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (URBANO E RURAL), INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.....	11
3	SEGURANÇA, ESPORTE E LAZER	18
4	EDUCAÇÃO	22
5	MEIO AMBIENTE, EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL	23
6	CULTURA, TURISMO E INOVAÇÃO	26
7	INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIVERSIDADES	29

APRESENTAÇÃO

A coligação “*Vamos juntos por Santa Maria*”, composta pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e pelo Partido União Brasil, apresenta, com muita satisfação, o programa de governo da candidatura Valdeci Oliveira Prefeito e José Haidar Farret Vice-Prefeito da cidade de Santa Maria.

Para além do mero cumprimento da legislação eleitoral, este programa de governo tem como objetivo planejar e definir as ações que conduzirão Santa Maria à retomada do desenvolvimento socioeconômico e, por isso, foi construído de forma coletiva, democrática, plural, inclusiva e popular por quantidade expressiva de pessoas, reunidas em Sete Grupos Temáticos com autonomia para abordar e debater os assuntos fundamentais que obrigatoriamente devem ocupar a agenda da gestão pública municipal.

Nessa perspectiva, durante todo o primeiro semestre de 2024, foram realizados os “Diálogos por Santa Maria”, eventos que se constituíram em reuniões com as comunidades dos bairros e vilas da cidade, objetivando detectar as necessidades e aspirações da população.

Da participação popular e das opiniões colhidas nessas reuniões surgiu um programa de governo estruturado em Sete Grandes Eixos Temáticos: saúde; desenvolvimento (urbano e rural), infraestrutura e mobilidade urbana; meio ambiente; cultura, turismo e inovação; segurança, esporte e lazer; educação; inclusão social e diversidade.

Cada um desses Eixos Temáticos é composto de propostas para os mais diversos e importantes assuntos que dizem respeito ao governo municipal.

A construção do programa de governo seguirá ativa ao longo do processo eleitoral, incorporando ideias compatíveis com a gestão democrática, o respeito aos direitos fundamentais e o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Vamos juntos por Santa Maria!

1 SAÚDE

Ampliação e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família e Serviços de Atenção Primária à Saúde (APS)

- Ações para melhoria do acesso e da qualidade da Atenção Primária à Saúde;
- Implantação de mais equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal;
- Substituição progressiva das tradicionais Equipes de Atenção Primária (EAP) por mais Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- Contratação de profissionais de enfermagem, médicos, cirurgiões-dentistas (odontólogos) e técnicos de saúde bucal, Agentes Comunitários de Saúde;
- Priorização para contratação de Médicos e Médicas de Família e Comunidade e profissionais da enfermagem e da odontologia especialistas em Saúde da Família;
- Implantação das equipes de eMulti/Núcleos Ampliados de Saúde da Família;
- Participação de profissionais da psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, serviço social, nutrição, educação física, pediatria, ginecologia, geriatria, psiquiatria entre outros;
- Investimento na infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde;
- Revisão da infraestrutura de todas as Unidades com investimento na reforma, ambiência e aquisição de equipamentos e insumos;
- Ampliação e construção de novas Unidades nas áreas de vazios assistenciais;
- Criação de equipes de Atenção Domiciliar - Melhor em Casa;
- Saúde Prisional: Fortalecimento da equipe de saúde prisional e criação de equipe de saúde prisional para o presídio feminino.

SUS Acolhedor

- Implantação do Acolhimento com classificação de risco em todas as Unidades Básicas de Saúde de Santa Maria com ampliação das equipes de acolhimento;
- Acolhimento e escuta de todas as pessoas que buscam as Unidades de Saúde durante todo o seu horário de funcionamento;
- Criação de central de *whatsapp* para agendamentos, informações e avisos de consultas e exames.

Efetivação do Terceiro Turno de atendimento

- Em cada região da cidade, sempre haverá uma das Unidades Básicas com terceiro turno - atendimento das 17h às 21h.

Atenção Especializada - Ampliação e qualificação do acesso a Consultas Especializadas e Exames

- Criação de um Centro Municipal de Atenção Especializada em Saúde;
- Criação da Central Municipal de Regulação;
- Ampliação da oferta de especialidades médicas e multiprofissionais;
- Garantia de protocolos e fluxos para atendimentos das especialidades médicas, multiprofissionais e exames;

Especialidades médicas - Pediatria, Ginecologia, Geriatria, Cardiologia, Pneumologia, Endocrinologia, Dermatologia, Neurologia, Urologia e Oftalmologia, entre outras. Ampliação dos atendimentos em Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fonoaudiologia;

- Expansão e descentralização dos serviços de cirurgia ambulatorial e inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU);
- Acesso mais ágil a exames, a exemplo de Eletrocardiograma, Ecocardiograma, Ultrassonografia, Raio X, Espirometria e exames laboratoriais;
- Adesão de Santa Maria à Política Nacional de Atenção Especializada.

Assistência Farmacêutica

- Ampliação do horário de funcionamento da Farmácia de Medicamentos Especiais e da Farmácia Municipal com melhoria do acesso e acolhimento de todos os cidadãos;
- Ampliação do acesso à atenção farmacêutica com qualificação das Farmácias Distritais;
- Garantia de dispensação de medicamentos essenciais da Farmácia do SUS em todas as Unidades Básicas de Saúde por profissionais habilitados (técnicos em farmácia);
- Revisão e ampliação do elenco de medicações gratuitas dispensadas nas Farmácias do SUS.
- Oferta de Atenção Farmacêutica nas Farmácias conveniadas com o SUS.

Atenção Hospitalar em Santa Maria

- Ampliação da capacidade hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Ação efetiva pela abertura total do Hospital Regional.
- Ampliação de leitos e cirurgias.
- Busca de mais recursos para fortalecimento do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saúde - Governo Lula.
- Ampliação de recursos para o Hospital Casa de Saúde, via Emendas Parlamentares, recursos federais e estaduais.

- Ações de Telessaúde Hospitalar para qualificar a atenção pré-internação e pós-internação hospitalar em parceria com o HUSM.

Ampliação e qualificação da Urgência e Emergência

- Nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A cidade tem uma população de cerca de 280 mil habitantes, e a única UPA existente não é suficiente para atender a demanda. A nova UPA ficará localizada numa região da cidade que não possui nenhuma unidade de pronto atendimento, o que facilitará o acesso da população a serviços de saúde de urgência e emergência;
- Ampliar acesso a urgência odontológica;
- Dispensação de medicamentos nas Unidades de Pronto Atendimento.

Atendimento de urgência em Camobi

- Funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS) Wilson Paulo Noal todos os dias e em horário estendido (até às 21h), atuando como retaguarda para urgência nos finais de semana;
 - Implantação de uma base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em Camobi (hoje a região depende do deslocamento de ambulância que demora muito tempo para chegar).

Gestão Plena do SUS

- Maior aporte de recursos financeiros federais e estaduais para o município;
- Reestruturação do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde;
- Estruturar e fortalecer a capacidade de gestão municipal para que possa assumir e desenvolver a Gestão Plena do SUS em Santa Maria.

Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

- Contratualização de serviços para ampliação do acesso a exames, cirurgias, consultas especializadas e leitos de internação. Gestão da oferta e da demanda, auditoria e a avaliação da qualidade dos serviços.

Estruturação dos setores da Secretaria Municipal de Saúde

- Núcleo de Apoio Institucional para as equipes e serviços de saúde do município;
- Núcleo de Informação, Avaliação e Monitoramento da Saúde;
- Núcleo de Captação de Recursos e Desenvolvimento de Projetos;

- Núcleo de Gestão da Clínica

Uso da Medicina Baseada em Evidências (MBE), Epidemiologia Clínica, avaliação de tecnologias em saúde para sua incorporação, prevenção quaternária, desenvolvimento de Protocolos e Guias Clínicos.

Criação do Saúde Digital Santa Maria

- Integração do fluxo de informações clínicas entre os diversos serviços da Rede SUS de Santa Maria (Unidades Básicas, Pronto Atendimento, CAPS, Centro de Atenção Especializada e Hospitais);
- Ampliação do uso de serviços de telessaúde com teleconsultorias, teleconsultas e telediagnóstico em parceria com o HUSM.

Saúde Mental - Ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial

- Criação do Centros de Atenção Psicossocial III (CAPS) 24h;
- Fortalecimento das ações dos CAPS AD e CAPS infantil;
- Implementação de equipes de saúde mental de matriciamento e apoio para a APS (equipes compostas por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psiquiatras);
- Ampliação da capacidade de cuidado em saúde mental pelas equipes de APS;
- Criação da Equipe de Consultório na Rua;
- Fortalecimento do Acolhe Saúde para atendimento a pessoas em sofrimento mental agudo;
- Expansão e qualificação do Serviço Residencial Terapêutico;
- Desenvolvimento de centros de convivência, oficinas terapêuticas e economia solidária nos territórios;
- Ampliação de Arte-educadores e oficinairos.

Linhas de Cuidado e Promoção da Equidade

- Política Municipal de Saúde da População Negra;
- Ações de combate ao racismo institucional;
- Instituir Comitê Municipal de Saúde da População Negra;
- Qualificação da atenção à saúde da população da comunidade quilombola Arnesto Penna Carneiro (Distrito de Palma);
- Política Municipal de Saúde da População LGBTQIA+;
- Fortalecimento do Ambulatório Transcender;
- Ações de promoção do respeito às diversidades e combate aos preconceitos na saúde;

- Qualificação da assistência à saúde prestada às comunidades indígenas Guarani e Kaingang;
- Criação de um Comitê Municipal de Saúde da População Rural;
- Melhoria do acesso e qualificação da atenção à saúde dos moradores das áreas rurais com ampliação de equipe e aquisição de mais uma unidade móvel;
- Linha de Cuidado da pessoa idosa;
- Parceria com o Curso Técnico de Cuidadores de Idosos do Politécnico da UFSM;
- Ações voltadas para familiares e pacientes com doença de Alzheimer, outras demências e doença de Parkinson;
- Linha de Cuidado das pessoas com doenças crônicas (diabetes, hipertensão arterial, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, entre outras);
- Linha de Cuidado das pessoas vivendo com HIV/AIDS, Sífilis, Hepatites e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis;
- Implementação da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Fortalecimento das ações de apoio e atenção para mulheres vítimas de violência.

Linha de Cuidado materno-infantil

- Garantia de pré-natal completo e de qualidade e de Parto Humanizado;
- Acompanhamento ativo do bebê e da família (visitas domiciliares, busca ativa para consultas);
- Ampliação das ações do Primeira Infância Melhor (PIM);
- Ampliação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE);
- Fortalecimento de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças para crianças e adolescentes;
- Integração das ações entre equipes de saúde da família e professores das escolas municipais e estaduais trabalhando temas de educação em saúde;
- Oferta de grupos de suporte e apoio psicossocial para adolescentes nas escolas.

Linha de Cuidado da pessoa com deficiência

- Fortalecimento do Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER II);
- Criação do Centro Municipal de Referência em Saúde da Pessoa com Deficiência;
- Implantação da Linha de Cuidado Integral da pessoa com deficiência;
- Profissionais qualificados para diagnóstico e oferta de tratamentos/intervenções;

- Médicos especialistas, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos, odontólogos (cirurgões-dentistas);
- Terapia de Integração Sensorial (ambiente específico);
- Ações específicas de cuidado integral para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de *Down*, Paralisia Cerebral e atraso de desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM), entre outros;
- Qualificação de monitores das escolas;
- Ampliação da equipe de psicopedagogos;
- Apoio psicossocial aos cuidadores (mães, pais e familiares);
- Apoio para aquisição de órteses, próteses e outros dispositivos auxiliares.

Outras ações:

- Fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares no SUS;
- Adesão de Santa Maria à Política Nacional de Cuidados Paliativos;
- Fortalecimento das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Fortalecimento do Controle Social e da participação popular

- Garantia de apoio para pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, comissões e compromisso com o respeito às suas deliberações;
- Incentivar a criação de Conselhos Locais de Saúde em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- Apoio para realização das Conferências Municipais de Saúde;
- Apoio para ações de capacitação de conselheiros municipais e locais;
- Produção de boletins mensais sobre as ações desenvolvidas e análise de indicadores em saúde;
- Garantia de transparência sobre a administração dos recursos públicos.

Gestão do Trabalho e Valorização dos Trabalhadores da Saúde

- Valorização dos trabalhadores da saúde;
- Investimento na Educação Permanente e oferta de oportunidades de qualificação, capacitação e crescimento profissional;
- Criação de mesa municipal de negociação permanente com os trabalhadores do SUS;

- Melhoria das condições de trabalho a partir da reforma e qualificação da ambiência das Unidades de Saúde e garantia de equipamentos e insumos necessários;
- Apoio psicossocial para os trabalhadores da saúde;
- Fortalecimento do Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPES).

Integração Ensino-Serviço-Comunidade

- Ampliação da parceria com todas as instituições de ensino superior na Saúde de Santa Maria;
- Construção conjunta de cursos de atualização, especialização e mestrado profissional em áreas necessárias para qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde.
- Ampliação de campos de práticas e estágios para os cursos da área da saúde de nível técnico, graduação e pós-graduação.
- Incentivo para atuação de Residentes da Residência Multiprofissional e Residências Médicas nos serviços municipais.
- Estímulo de Preceptoria para atuação dos profissionais de saúde dos serviços como preceptores dos cursos de graduação e pós-graduação.
- Realização de Estágios de Vivências para estudantes de graduação – VIVER SUS.

Fortalecimento da Vigilância em Saúde

- Expansão e qualificação da equipe de Vigilância em Saúde.
- Ampliação das ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador.
- Ações para ampliação da cobertura vacinal.
- Criação de uma Sala de Situação Permanente.
- Coleta, monitoramento, análise de dados e disseminação de informações para apoiar a tomada de decisão em saúde (gestores, profissionais de saúde, universidades, pesquisadores, controle social e sociedade civil em geral).
- Produção de boletins epidemiológicos mensais para as equipes de saúde e para o Conselho Municipal de Saúde.
- Atualização permanente de Plano de Atuação da Saúde em cenários de desastres causados por eventos climáticos extremos, epidemias e situações de emergência em saúde pública.

Santa Maria - Cidade Saudável

- Programa de Comunicação, Educação e Informação em Saúde para população

Campanhas permanentes de educação à saúde (importância da imunização, do aleitamento materno, da alimentação saudável, direitos de cidadania, entre outras) no transporte público da cidade, nas escolas, nos diversos órgãos públicos de atendimento ao cidadão

Produção e circulação via redes sociais de conteúdo sobre Saúde, práticas saudáveis, autocuidado, funcionamento dos serviços de saúde e fluxos de acesso, auxiliando no combate ao negacionismo e às *fake news* na saúde.

Desenvolvimento e utilização de Aplicativos de celulares para Promoção da Saúde em parceria com as Universidades de Santa Maria e *Startups* instaladas no município.

- Articulação intersetorial para ações de Promoção da Saúde e práticas saudáveis por todos os setores da prefeitura (educação, assistência social, mobilidade urbana, trabalho e renda, esporte e lazer, habitação, etc).
- Criação de Academias da Saúde próximo de todas as Unidades Básicas de Saúde.
- Parceria com os cursos de Educação Física das Instituições de Ensino.
- Estímulo para estruturação de áreas verdes, hortas comunitárias e farmácias vivas (fitoterapia) nas comunidades.

2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (URBANO E RURAL), INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

- Buscar zerar o déficit habitacional no município, com adesão a programas de habitação do Governo Federal e desenvolvidos pelo próprio município.
- Estruturar e fortalecer a atuação da Secretaria que trata do tema Habitação e Regularização Fundiária tornando-a eficiente, com equipe capacitada e treinada para atender o público e suas demandas, para que, de acordo com a legislação, busque acessar os programas de habitação do governo federal, e também, com auxílio das Universidades, utilizando pesquisas, projetos e assistência.
- Proporcionar o estudo de viabilidade técnica e econômica para utilização de modelos de construção sustentáveis, com tecnologia de climatização e outros itens que permitam enfrentamento das emergências climáticas.
- Criar a câmara setorial de regularização fundiária com a participação da sociedade civil, para elaboração de um plano municipal de regularização fundiária de forma intersetorial.

- Estabelecer ação coordenada entre a Procuradoria Geral do Município, o Instituto de Planejamento de Santa Maria e a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária para intensificar a política pública de regularização fundiária urbana.
 - Realizar revisão das leis vigentes de regularização de parcelamentos e adequação em face da Lei Federal nº 13.465/2017 que definiu o mecanismo de regularização denominado Regularização Fundiária Urbana (REURB) que é o procedimento por meio do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas zonas urbanas ou de expansão urbana. A REURB consiste em um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.
- Ampliação do acesso da população de baixa renda à terra urbanizada e regularizada, assegurando sua permanência na área ocupada, com melhoria das condições de habitabilidade e sustentabilidade urbanística, social e ambiental.
- Incentivar e realizar ações para o uso de transporte não poluente como ciclovias e criação de metas progressivas de redução dos Gases do Efeito Estufa no transporte coletivo municipal.
- Aproveitar as obras públicas existentes e estabelecer nos projetos das novas obras prediais a inserção de captação de energia solar.
- Buscar uma matriz energética mais limpa por meio de programas de eficiência energética nos serviços e na iluminação públicos.
- Incluir nos editais de licitações de obras públicas, a exigência de projetos contemplando o uso de energia solar e o aproveitamento da água da chuva.
- Criar condições dentro do zoneamento ambiental para que a estrutura viária não tenha comprometimentos com o excesso de águas pluviais.
- Investir em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e aplicação de incentivos para instalação de atividades econômicas de geração de trabalho e renda, buscando diálogo e construção de soluções para as questões envolvendo mobiliário urbano, espaços publicitários, uso das calçadas e economia informal no sentido de melhorar a acessibilidade nas vias públicas e combater o desemprego.
- Incentivar os espaços verdes voltados para o lazer da população - Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística e cultural.
- Atualizar o Plano Diretor de Mobilidade Urbana e captar recursos federais para essa finalidade, estabelecer diretrizes de planejamento que visem à construção de uma cidade mais conectada e coordenada e interligada na mobilidade.

- Incidir sobre as demais esferas públicas para que os projetos rodoviários tenham planejamento viário que considere a implantação de ciclovias com ligação com os demais transportes.
- Priorizar investimentos em transporte coletivo, assegurando a modicidade tarifária e qualidade do serviço e melhorias nas paradas de ônibus.
- Criar o Programa Permanente de Melhoria e Conservação das Vias Urbanas para evitar a depreciação da cobertura existente pela formação de buracos.
- Fazer um diagnóstico nas 8 (oito) regiões Administrativas do Município, visando estabelecer suas vocações e potenciais para que se possa realizar ações específicas para cada uma delas.
- Organizar uma grande ação para regularizar os pequenos empreendimentos das comunidades, fazendo com que se tornem de direito, partes da cadeia econômica do município, organizando os vínculos empregatícios com seus trabalhadores e trabalhadoras.
- Grande foco do desenvolvimento econômico de Santa Maria é o apoio à inovação, à tecnologia, à criação e estruturação de *Startups*.
- Fortalecer cada vez mais o Tecnoparque e a parceria com as universidades.
- Priorizar o apoio ao crescimento das empresas locais e procurar desburocratizar a abertura de novos negócios e empreendimentos sem atropelar as legislações vigentes.
- Criar a sala do empreendedor.
- Encampar a mobilização pela construção de um novo aeroporto, já que o atual é bastante limitado.
- Apoiar e colaborar em todas as etapas técnicas e operacionais do projeto de construção da Rodovia Santa Maria – Santo Ângelo, a partir da ampliação em mais de 220 quilômetros da BR-392, que representará um importante incremento no desenvolvimento local e regional.
- Lutar coletivamente pela antecipação das obras de duplicação da RSC-287, principalmente no que diz respeito aos serviços previstos para o trecho entre Santa Maria e a Quarta Colônia.
- Intensificar a mobilização coletiva e regional pela duplicação do trecho urbano da RSC-287 (Faixa Nova de Camobi).
- Trabalhar pela transformação de Santa Maria em uma referência na área da tecnologia e da inovação, a partir do fortalecimento do apoio ao Santa Maria Tecnoparque, às *Startups* e às incubadoras de empresas locais, ampliando a relação com as universidades e todas demais instituições envolvidas no setor.

- Fortalecer o papel da Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Projetos, que terá a responsabilidade de buscar financiamentos para diversos novos projetos, principalmente nas áreas da infraestrutura, saúde e meio ambiente.
- Realizar levantamento técnico e qualificar a acessibilidade em todos os espaços públicos, incluindo a adaptação de calçadas e rampas para cadeirantes, visando a inclusão de pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade, entre outras ações.
- Discutir com os diferentes atores sociais, a implementação de práticas sustentáveis e de promoção a saúde da população, fazendo estudos de viabilidade de ciclovias para a ligação de pontos da cidade, investindo na revitalização de praças, parques e áreas de lazer, criando locais de convívio para a comunidade e promovendo a integração social.
- Focar em ações eficientes e sustentáveis, que busquem um desenvolvimento equilibrado entre crescimento democrático, sustentabilidade e qualidade de vida.
- Buscar no planejamento inovador, objetivo e adaptativo, o atendimento das necessidades da população respeitando as questões ambientais.
- Propor, planejar e executar projetos e programas que preparem a cidade - de forma multisetorial e integrada com demais entes públicos e demais atores sociais - para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a prevenção de desastres ambientais.
- Propor medidas que favoreçam e fortaleçam também a inclusão digital local dentro do objetivo de transformar Santa Maria em uma “cidade digital”.
- Requalificar os espaços já existentes, trazendo mais funcionalidade e acesso para a população.
- Estimular a população a ser partícipe na construção de propostas e na construção de ações de políticas de preservação das áreas verdes.
- Fazer uso de políticas urbanísticas inclusivas e que prevejam incentivos à arborização urbana, à proteção ambiental e à promoção de qualidade dos ambientes de usos da população.
- Qualificar a infraestrutura no meio rural, especialmente no tocante ao transporte e circulação, para incentivar a manutenção dos jovens e para facilitar o acesso ao mercado consumidor, com manutenção das estradas e ampliação da patrulha agrícola).
- Viabilizar serviços como a manutenção de pontes, bueiros e empedramento com a participação das comunidades.
- Proporcionar conhecimento, tecnologias e experiência para os agricultores.
- Por meio da assistência técnica estimular unidades de produção dos agricultores para servir de referência técnica.

- Estimular o surgimento de novos negócios e o protagonismo das mulheres e dos jovens como incentivo à permanência no campo.
- Propor instituição de Benefício financeiro aos produtores que adotem práticas ambientais sustentáveis.
- Fomento e ampliação à produção agroecológica na agricultura familiar.
- Apoiar a Melhoria da qualidade do abastecimento de alimentos.
- Incentivar a alimentação saudável por meio de campanhas institucionais e políticas públicas.
- Realizar formação de quadros técnicos para atuar na promoção da produção agroecológica, promover cursos de formação aos agricultores e conveniar com organizações que promovam essa forma de produção.
- Fortalecer e ampliar o incentivo às feiras livres com melhoria da infraestrutura.
- Estimular a formação de redes de produção e consumo, qualificar as estruturas existentes e promover a descentralização para garantir o abastecimento.
- Estímulo à agregação de valor por meio de agroindústria familiar e cooperativada, com conceitos de economia circular.
- Viabilizar o acesso ao crédito disponível no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e promover cursos de capacitação para tal, através de projetos de assistência técnica.
- Garantir a inspeção sanitária.
- Política municipal de recomposição de nascentes e matas ciliares com sistemas agroflorestais.
- Proteger os cursos d'água e microbacias.
- Estimular a recuperação da biodiversidade, distribuir sementes e mudas com acompanhamento técnico e integrar as ações do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CDR) e do Comitê da Bacia Hidrográfica.
- Instituir no âmbito do município zonas livres de agrotóxicos (zonas de exclusão).
- Atuar na proteção de áreas com produção agroecológicas e povoadas da aplicação de agrotóxicos, garantindo a produção saudável e livre de contaminantes químicos tóxicos.
- Programa para modernização e adequação de maquinário e tecnologias para agricultura familiar.
- Atuar como fomentador do aumento da produção de hortigranjeiros.

- Atuar como indutor da disponibilização de inovações tecnológicas adequadas à agricultura familiar, viabilizando acesso ao crédito para essas tecnologias já disponíveis no mercado.
- Melhorar o serviço de transporte (escoamento dos produtos), facilitar o acesso à internet, aproximar subprefeituras das comunidades do interior para qualificação dos serviços públicos e promover eventos de lazer e comercialização dos produtos nas comunidades.
- Instituir política pública permanente de incentivo à produção e ao consumo locais promovendo as cadeias curtas.
- Mapear e quantificar as instituições públicas e/ou coletivas com potencial para aquisição de alimentos da agricultura familiar.
- Organizar cooperativamente os agricultores para a produção e fornecimento de alimentos.
- Criar um programa de monitoramento dos despejos (resíduos) das atividades de impacto ambiental com orientação e acompanhamento.
- Garantir o destino adequado dos resíduos, garantir a logística reversa, estimular a diminuição e/ou mitigação dos efeitos dessas atividades e viabilizar equipe de orientação e acompanhamento dessas ações de manejo adequado.
- Instituir arrendamento social de áreas ociosas e mecanismo jurídico para facilitar a utilização de áreas em desuso com integração entre as partes.
- Fortalecer o cooperativismo como instrumento do desenvolvimento rural sustentável e organizado capaz de atender parte da demanda dos mercados.
- Avançar no atendimento do mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e incidir para criar condições tanto na produção quanto na comercialização.
- Consolidar a Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária (FEICOOP) como o maior evento do setor da Economia Solidária na América Latina.
- Ampliar e fortalecer os espaços destinados à economia solidária.
- Desenvolver ações em apoio à comercialização direta, baseadas no fomento e fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, tais como: Cooperativas de produção e de consumo responsável; associações de produção, comercialização, consumo e serviços; redes de cooperação e grupos solidários e informais.
- No mesmo sentido, garantir atividades produtivas que sejam alinhadas aos novos paradigmas da sustentabilidade, do desenvolvimento tecnológico e da justiça social, fomentar e garantir a viabilidade econômica das iniciativas produtivas das mulheres, construindo uma Política Econômica de Geração de Trabalho e Renda para mulheres, com fomento de sua produção, comercialização e viabilidade Econômica e a Sustentabilidade; valorizar as etnias e

as variedades de produtos conforme as diferentes culturas e viabilizar a ampliação da aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária para o Programa da Alimentação Escolar (PNAE).

- **Transparência Pública** - Este será o elemento norteador de todas ações comunicacionais da Prefeitura. A Prefeitura tem que trabalhar e atuar na direção da Transparência Integral, ou seja, tudo aquilo que é público tem de ser acessível ao público, exceto aquilo em que legalmente há preservações.
- **Inclusão Digital** - Apoiar e fortalecer a implementação do Programa Cidade Digital, que visa transformar Santa Maria em uma cidade digitalmente inclusiva a partir da criação de espaços, centros e pontos de distribuição gratuita do sinal de internet. A transformação de Santa Maria em uma “cidade digital” contribuirá para ampliar a transparência do trabalho e da atuação dos órgãos municipais.
- **Mais Difusão** - Ampliar e qualificar o conhecimento social sobre os serviços, programas e políticas públicas produzidas pela Prefeitura, investindo na democratização do debate público e na prestação de informações essenciais para o cotidiano da população.
- **Participação Cidadã** - Apoiar e auxiliar na promoção e estruturação das políticas de participação popular e cidadã projetadas pela gestão.
- **Respeito à diversidade e à acessibilidade** - A comunicação da Prefeitura deve respeitar e contemplar a diversidade cultural, regional, étnica, sexual, religiosa e social da cidade, estado e país onde está inserida e deve ser uma ferramenta permanente de conscientização e enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia, à violência contra a mulher, à intolerância religiosa e a todas as demais formas de discriminação e preconceito. Os canais de informação da Prefeitura, sejam os tradicionais ou os que operam na Internet, precisam estar estruturados para produzir conteúdo com acessibilidade comunicacional, ou seja, conteúdos que disponham de recursos como a audiodescrição, legendas, janela de Libras, escrita em braile, entre outros.
- **Ampliar e qualificar a atuação da Prefeitura Municipal nas plataformas digitais por meio da estruturação de um núcleo específico voltado à difusão de conteúdo institucional e informativo nos diferentes canais existentes.** Esses canais, além dos serviços de informação, servirão como pontos de interação direta com a comunidade.
- **Contribuir no desenvolvimento do Programa Prefeitura Digital, que permitirá ao cidadão acessar, via aplicativos disponibilizados on-line e por celular, as principais informações e serviços referentes ao município.** Esse programa faz parte do conceito de Cidade Digital, que será um dos eixos da administração.

- Contribuir na retomada do Programa Escola de Governo, que visa qualificar e capacitar os servidores públicos por meio de cursos, oficinas e ciclos de palestras;
- Criar o Jornal Eletrônico Santa Maria Notícias, com o objetivo de divulgar as ações, programas e projetos do governo nas diferentes regiões da cidade).
- Aperfeiçoar e ampliar continuamente o Espaço da Transparência no site da Prefeitura Municipal, de modo a torná-lo ainda mais acessível ao público.
- Aperfeiçoar e reestruturar a Ouvidoria Municipal, de modo que a mesma possa atuar com força no meio digital, seja por meio do *WhatsApp* e do *Telegram*, seja via redes sociais.
- Criação do *Podcast* semanal da Prefeitura (PodPrefa), voltado à ampliação e esclarecimento sobre as políticas e programas municipais.
- Colaborar na estruturação dos programas Prefeitura na Praça e Prefeitura nos Bairros, destinados a qualificação da prestação de contas e do recebimento de reclamações e sugestões.
- Utilizar racionalmente e sempre dentro dos parâmetros legais as ferramentas da Inteligência Artificial existentes com o objetivo de aprofundar a transparência pública e as políticas de comunicação do município.

3 SEGURANÇA, ESPORTE E LAZER

Segurança Pública com cidadania

- Criar e estruturar a Secretaria de Segurança Pública Municipal ou Órgão congênere para o desenvolvimento, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas voltadas à prevenção e ao controle da violência e da criminalidade local.
- Criar o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social nos moldes do art. 20 da Lei Federal nº 13.675/2018, com competência consultiva, sugestiva e de acompanhamento das atividades de segurança pública e defesa social no âmbito do município.
- Reestruturar e qualificar permanentemente a Guarda Municipal, valorizando os profissionais da segurança pública que a integram, disponibilizando a frequência em cursos de capacitação profissional e adquirindo novos e modernos equipamentos.
- Manter e ampliar a atuação do Centro Integrado de Operações da Segurança Pública (CIOSP) como órgão de integração entre as forças policiais e demais integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- Reestruturar o órgão de proteção e defesa civil municipal, buscando priorizar o mapeamento e a identificação das áreas de risco para deslizamentos e inundações, nos moldes

do Plano Municipal de Redução de Riscos elaborado em 2006, com ações que auxiliem na diminuição da criminalidade e da violência.

- Efetuar, nos moldes da recomendação contida no “Guia Segurança no Município” desenvolvido pelo Programa Cidades Sustentáveis em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diagnóstico da situação de insegurança no município para entender quais são as ocorrências violentas mais frequentes, os locais e os horários mais perigosos, as pessoas mais suscetíveis à violência e as mais vulneráveis ao recrutamento pelas organizações criminosas.
- Buscar o engajamento de toda a sociedade civil e das universidades locais no diagnóstico e no envio de propostas para a prevenção e o controle da violência e da criminalidade mediante a consulta e o diálogo que deverá também ser promovido de maneira descentralizada, com foco nos locais que apresentam os maiores índices criminais e nas pessoas vitimizadas.
- Elaborar o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social para que nosso Município esteja apto a receber recursos extras da União para a execução de políticas públicas nesta área, deixando de depender exclusivamente do próprio e, muitas vezes, limitado orçamento público municipal.
- Implantar o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social com foco na gestão integrada da segurança, com o intercâmbio de informações e a execução de ações conjuntas com os demais integrantes operacionais do SUSP, respeitando, obviamente, as atribuições de cada um deles.
- Buscar junto aos demais órgãos municipais competentes a implantação de ordenação territorial que privilegie a existência de espaços e equipamentos públicos que proporcionem a convivência entre os moradores locais.
- Coletar e analisar dados e informações junto aos sistemas de outras áreas de atuação municipal sobre o cometimento de crimes e violências para atuar de forma preventiva e qualificar a resposta repressiva.
- Replicar, com as devidas adequações à realidade das dinâmicas criminais locais, políticas públicas implantadas em outros municípios brasileiros e que se mostraram exitosas na diminuição do número de homicídios.

Esporte e Lazer

- Fortalecer a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com equipe e estrutura administrativa eficiente, apta a assessorar a captação de recursos através do Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte (PROESP).

- Ter uma política alinhada com o Governo Federal, com a implementação de programas e projetos federais para descentralizar e democratizar o acesso ao esporte e lazer.
- Ampliar os recursos via PROESP.
- Estimular o acontecimento de fóruns, conferências, conselhos e seminários municipais que garantam a participação da comunidade na elaboração, planejamento, controle e avaliação da gestão das políticas públicas voltadas ao esporte e lazer, incluindo a utilização dos espaços públicos.
- Espaços Públicos Acessíveis. Devolver aos cidadãos santa-marienses o acesso à cidade e o direito de usufruir os espaços públicos com segurança e qualidade. Investir na construção, manutenção e modernização de equipamentos para práticas esportivas e recreativas, ampliando as áreas verdes, praças e parques, com pistas de caminhadas, academias populares ao ar livre, pracinhas de brinquedos, promovendo a interação social entre pessoas de todas as idades.
- Buscar a descentralização das áreas de esporte e lazer, organizando Núcleos Comunitários de Esporte e Lazer com quadras poliesportivas, equipamentos, segurança, iluminação e acesso adequados. Organizar junto aos Núcleos, programas de animação esportiva e cultural, em parcerias com as comunidades locais, possibilitando a real inclusão dos cidadãos.
- Mapear novas áreas que teriam a possibilidade de abrigar um espaço de esporte e lazer e revitalizar as já existentes que estão abandonadas ou sucateadas. Verificar junto aos órgãos públicos o registro das áreas públicas, buscando a legalização destas para que esteja apta para captar e receber recurso público e participar de editais de financiamento e construção de infraestruturas esportivas.
- Construir espaços urbanos em sintonia com a cultura contemporânea. Priorizar a acessibilidade, tornando os espaços mais versáteis, com design contemporâneo, de modo que os equipamentos esportivos, mobiliários urbanos e a arquitetura destes locais sejam acolhedores aos praticantes de *Parkour*, *Roller*, *Skate*, ciclismo BMX, Patinete, entre outras práticas esportivas, prolongando a vida útil da infraestrutura pública e influenciando a dinâmica da cidade, promovendo a socialização, o encontro e a frequência a espaços livres públicos.
- Construir uma pista poliesportiva de ciclismo BMX e *Skate*, promovendo e incentivando os talentos locais praticantes destas modalidades. Além de dar uma função social aos espaços públicos ociosos essa iniciativa promove o crescimento e a diversificação das opções esportivas na cidade.
- Estabelecer parcerias para realizar a manutenção, melhorar a qualidade e agregar espaços de lazer junto aos campos de futebol. Plantar árvores estrategicamente para proporcionar sombra natural e melhorar o conforto térmico.

- Instituir Políticas de Inclusão Social. Desenvolver programas de esporte e lazer que incluam todas as diversidades, nas mais variadas manifestações do esporte.
- Criação de programas e projetos de esporte e lazer nas vilas, bairros e distritos, descentralizando e democratizando o acesso ao esporte e lazer com qualidade.
- Realizar parcerias intersetoriais com as áreas de saúde, segurança, educação, cultura, meio ambiente, habitação, assistência social, para promover o hábito de práticas corporais periódicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e redução dos índices de violência. Ex: grupos de ginástica, caminhadas orientadas, atividades físicas voltadas à prevenção e promoção da saúde.
- Estabelecer parcerias com as Universidades e Instituições como Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) (Sistema S), para implementar projetos e programas de inclusão social, iniciação esportiva e treinamento de atletas, nas várias modalidades de esporte.
- Apoiar os projetos esportivos locais que promovem a inclusão social e formação de atletas.
- Ampliar o apoio técnico e estrutural aos eventos esportivos realizados no município, incluindo a realização de competições esportivas nas várias modalidades. Ex: Futebol, Futebol 7, Voleibol, Futevôlei, Vôlei Master, *Beach* Tênis, Padel, *Pickleball*.
- Organizar um calendário esportivo abrangente, incluindo todas as modalidades esportivas, com a participação das ligas e associações esportivas.
- Promover os esportes adaptados e os esportes olímpicos, impulsionando o turismo esportivo e a inclusão.
- Apoiar os atletas e equipes que representam a cidade, nas suas mais variadas necessidades (local e horário para treinamento, participação nos campeonatos), organizando um planejamento para manter as equipes e os atletas na cidade.
- Continuar e ampliar os Jogos Escolares de Santa Maria (JESMA) e festivais estudantis, abrangendo todas as redes de ensino, possibilitando a prática das mais variadas modalidades esportivas durante todo o ano letivo, como forma de integração entre os estudantes e as escolas, constituindo um importante instrumento de inclusão social e de descoberta e incentivo de talentos esportivos.
- Dar apoio e reativar os Pólos de Iniciação Desportiva nos espaços públicos e nas escolas, com o objetivo de garantir o acesso à prática esportiva nos espaços públicos, buscando potencializar o aspecto educativo do esporte, contribuindo para a rede de atenção e proteção à criança e ao jovem.

4 EDUCAÇÃO

- Concentrar todos os esforços para instituir no município a escola de tempo integral, priorizando escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, buscar o ingresso do município no Programa Escola em Tempo Integral, do Ministério da Educação, que prevê apoio no âmbito da assistência técnico-pedagógica e financeira para a criação das matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais).
- Buscar, de forma gradativa, instituir nas escolas do município o "Turno estendido", para que os alunos possam permanecer na escola, realizando atividades pedagógicas de qualidade por mais tempo.
- Trabalhar na ótica da ampliação da educação infantil, incluindo o turno estendido, seja com recursos próprios, repasses obrigatórios ou adesão ao Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil do Ministério da Educação, cujo objetivo é garantir a expansão da oferta e regular o funcionamento das novas matrículas.
- Garantir, gradualmente, que todas as escolas sejam acessíveis para estudantes com deficiência; implementar políticas que garantam a inclusão de alunos com deficiência e fortaleçam a educação inclusiva, além de estabelecer programas de orientação psicológica e apoio social nas escolas, em parceria com as universidades existentes, para lidar com questões emocionais e de saúde mental dos alunos; Concentrar esforços para a criação do Centro de Referência a Pessoa com Deficiência, abrangendo todas as áreas multiprofissionais necessárias.
- Reestruturação de rede de atendimento e melhora na infraestrutura das escolas existentes, além de investir, a partir do trabalho da Secretaria de Captação de Recursos, em reformas e melhorias das instalações escolares, incluindo salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer.
- Com apoio e consulta ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea) e à comunidade escolar, buscar a implementação de uma alimentação escolar de qualidade, com cardápios balanceados e produtos locais, fortalecendo os produtores familiares do município.
- Equipar as escolas com os dispositivos tecnológicos existentes de forma a qualificar o ensino e o aprendizado, além de criar oficinas de capacitação para professores e alunos na utilização dessas plataformas.
- Fortalecer o papel da Secretaria Municipal de Educação com vistas a qualificar os investimentos na área e diminuir a compra de vagas e espaços terceirizados.
- Atuar na qualificação e na expansão da Escola Municipal de Aprendizagem Industrial.

- Assegurar oportunidades de formação inicial e continuada de qualidade aos professores da rede de ensino, a partir da construção de um Plano/Projeto de Formação Continuada que leve em conta as demandas reais e necessárias ao processo educativo.
- Fortalecer a gestão democrática da educação garantindo espaço público de diálogo com Conselhos Escolares nas escolas da Rede de Ensino do Município, além de ampliar a comunicação e a relação entre escolas e famílias, promovendo a participação e a integração dos pais na vida escolar dos filhos.
- Implantar no município o conceito de "Cidade Educadora", que envolve o fortalecimento da comunidade nas escolas, a garantia de acesso a equipamentos culturais, esportivos, de lazer e de divulgação científica a toda comunidade; criação de tempos e espaços para a manifestação da cultura popular em suas múltiplas dimensões; de participação cidadã, incentivando, a todos e todas, o desenvolvimento de seu potencial humano, de sua criatividade e de sua responsabilidade social e ambiental e levando a educação escolar, de forma planejada e intencional, para além dos muros da Escola.
- Modernizar e ampliar as bibliotecas escolares, além de realizar campanhas periódicas de incentivo à leitura e incentivar atividades culturais e artísticas nas escolas.
- Implementar programas e ações de educação ambiental nas escolas, promovendo a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e da atenção em relação ao enfrentamento da poluição, desmatamento, infraestrutura adequadas e dos efeitos das mudanças climáticas.
- Garantir a participação nos múltiplos programas e ações do governo Federal em Educação (Fundamental e Básica), incluindo aqueles destinados à formação para os professores.

5 MEIO AMBIENTE, EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL

- Criação do Gabinete para Emergências Climáticas, a ser vinculado diretamente ao gabinete do Prefeito e servirá como um espaço para reunir estudos na área, fornecer orientações e promover troca de informações e ações integradas entre as secretarias e com outras entidades, como universidades, sociedade civil, governo estadual, governo federal e centros de pesquisa, entre outros. O gabinete deverá subsidiar a atuação em temas, tais como o mapeamento de áreas de risco e a implementação de políticas públicas sobre a questão, e busca de desenvolvimento sustentável.

- Realizar um diagnóstico socioambiental no município, definindo e mapeando os principais desafios locais.
- Estabelecer claramente os objetivos do zoneamento ambiental, como a proteção de recursos naturais, o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e o controle da expansão urbana.
- Atuar firmemente na prevenção e controle da supressão de vegetação nativa considerando o manejo integrado das microbacias hidrográficas, pois a cobertura da vegetação nativa armazena grandes quantidades de carbono, contribuindo para a estabilidade climática. O município deve se comprometer com a promoção de ações como: atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e a implementação de instrumentos normativos e econômicos para a concretização dessas ações.
- Trabalhar no controle do assoreamento de cursos hídricos para reduzir o carreamento de sedimentos para os reservatórios utilizados para o abastecimento urbano. A medida inclui a contenção de processos erosivos em áreas próximas às drenagens e a imposição de barreiras para evitar o rápido acúmulo de sedimentos. O município buscará adotar práticas sustentáveis para reduzir o assoreamento e proteger os ecossistemas aquáticos, tais como: plantio de árvores; construção de barreiras naturais; agricultura sustentável; controle de erosão; educação e conscientização.
- Garantir a educação socioambiental a partir da inserção de um projeto político-pedagógicos nas escolas municipais.
- Criar um programa de formação permanente para os professores e outros servidores para a educação ambiental, estimulando a formação para a interdependência e a diversidade, além da formação consciente e crítica, fortalecendo práticas cidadãs e compreendendo os conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação.
- Promover a integração das secretarias do município e suas atividades em conexão com a educação socioambiental, incluindo o estabelecimento de parcerias, inclusive com os catadores.
- Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), ferramenta fundamental para a implantação da gestão ambiental na cidade, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Ampliar o serviço de coleta seletiva na cidade, qualificar o recolhimento, triagem e destinação a partir de campanhas permanentes de informação e educação ambiental; valorizar, incentivar e capacitar catadores autônomos; revitalizar os ecopontos de coleta existentes e ampliar o seu número; repensar o uso, localização, sinalização e tipos de contêineres.
- Implantar a compostagem e a biodigestão para tratamento biológico dos resíduos orgânicos.

- Implantar a segregação e coleta de rejeitos e resíduos orgânicos em dias separados para reduzir o volume enviado ao aterro urbano e estimular a compostagem.
- Incrementar as alternativas para o retorno de embalagens e materiais recicláveis aos fabricantes, distribuidores e comerciantes.
- Qualificar o trabalho de coleta e de separação de resíduos estimulando a ampliação de número de trabalhadores e de ganhos financeiros.
- Reduzir e substituir as embalagens plásticas descartáveis de uso único, por embalagens biodegradáveis e/ou compostáveis.
- Ampliar a rede e o tratamento de esgoto, garantir correta conexão da rede com os domicílios.
- Fazer a manutenção dos espaços públicos para prevenção de doenças e adequado escoamento de águas pluviais.
- Incentivar a captação e o reuso de água para fins não potáveis no âmbito urbano e rural.
- Amortecer vazões e prevenir enchentes.
- Limpeza e a fiscalização preventiva das redes.
- Preservar, conservar e recuperar nascentes, arroios, mananciais, rios.
- Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e demais empresas de serviço.
- Instalar o Conselho Municipal de Saneamento Básico (Comsab).
- Elaborar e implantar projetos e campanhas de educação sobre o bem-estar animal e guarda responsável de animais.
- Estimular o cuidado da comunidade com os animais de rua e que já formaram laços com a comunidade.
- Reestruturar o funcionamento da unidade móvel para que o atendimento seja mais expressivo e chegue nas comunidades.
- Estabelecer parcerias com conselho regional de medicina veterinária, clínicas veterinárias, entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para o desenvolvimento de ações diversas em consonância com a política pública de defesa e proteção dos animais.
- Realização de campanhas permanentes para adoção responsável e rede de protetores dos animais.
- Realização de campanhas permanentes para a sensibilização e prevenção de zoonoses.
- Garantir o bem-estar desses animais e promover a conscientização sobre suas necessidades.
- Elaboração de política pública para proteção de animais de tração.
- Contribuir para uma gestão mais eficaz e comprometida com a causa animal.

- Orientar os promotores de eventos e a comunidade em geral para o cumprimento da legislação municipal que proíbe o uso de fogos com explosão.

6 CULTURA, TURISMO E INOVAÇÃO

- Promover políticas que incentivem a criatividade e a inovação em todas as formas de expressão artística e cultural, com apoio a incubadoras de empresas criativas, programas de aceleração para artistas e *designers*.
- Apoiar, através de parcerias com as Universidades, programas de capacitação e formação profissional para artistas, designers, gestores culturais e empreendedores criativos.
- Estimular a colaboração entre a economia criativa e outros setores, como turismo, tecnologia, moda, design e mídia, fomentando novas oportunidades de negócios e promover a inovação cruzada.
- Estimular práticas de economia colaborativa no setor cultural, como compartilhamento de espaços, recursos e conhecimentos entre artistas e empreendedores criativos.
- Promover a digitalização de obras de arte e produtos culturais para ampliar seu alcance e acessibilidade global.
- Integrar o turismo cultural como uma vertente estratégica para promover a arte e a economia criativa, destacando patrimônios culturais, festivais, eventos e roteiros culturais.
- Incentivar práticas sustentáveis na produção cultural e criativa, promovendo a responsabilidade social e ambiental entre artistas e empresas do setor.
- Desenvolver políticas públicas que reconheçam a importância da economia criativa como um motor de crescimento econômico e de desenvolvimento cultural, integrando-a em estratégias mais amplas de desenvolvimento regional e urbano.
- Promover e apoiar iniciativas culturais que emergem diretamente das comunidades, valorizando suas tradições, práticas artísticas e identidades locais, incluindo promover um amplo debate sobre o Carnaval (organização do setor, estímulo ao trabalho sustentável e a retomada do Carnaval da Cidadania).
- Garantir que todos os grupos sociais, tenham acesso igualitário à produção, distribuição e fruição cultural.
- Estimular a formação de redes e parcerias entre grupos culturais, organizações da sociedade civil, instituições educacionais, governamentais e privadas para fomentar o intercâmbio de conhecimentos e recursos.

- Capacitar as comunidades para que elas sejam protagonistas de suas próprias expressões culturais, incentivando a autogestão, a criação de espaços autônomos e a formação de lideranças locais.
- Preservar e promover o patrimônio cultural imaterial das comunidades, como suas histórias, línguas, músicas, danças e práticas religiosas, contribuindo para a construção de identidades culturais fortes e resilientes.
- Estimular o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis no campo cultural, como artesanato, turismo cultural, gastronomia tradicional, entre outros, valorizando práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas.
- Promover programas educacionais que valorizem a cultura como um componente essencial da formação integral dos indivíduos, desde a educação infantil até o ensino superior.
- Garantir que a maior parte da população santa-mariense tenha acesso a espaços culturais, eventos e atividades, com políticas públicas que promovam a democratização cultural e combatam quaisquer formas de exclusão ou discriminação.
- Integrar a cultura em todas as políticas públicas, reconhecendo seu papel transversal na promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental.
- Criação de um Circuito Cultural em Santa Maria abrangendo de forma espacial vários pontos da cidade, cada um com o seu respectivo valor histórico e cultural, buscando uma diversificação de ações e atendimento a vários setores e públicos para o alcance e retomada da condição de Cidade Cultura.
- Distrito Criativo - Dar continuidade no planejamento e implementação do Projeto Distrito Criativo Centro/Gare.
- Estação Ferroviária/Gare – Concluindo as obras de infraestrutura, debater com os agentes culturais da cidade a criação de um Termo de Cessão, definir e nomear a utilização do espaço, em formato que garanta a sustentabilidade financeira do complexo.
- Projeto Iconicidades/Antiga Associação dos Ferroviários da Vila Belga - A restauração deste patrimônio histórico deve ser concluída, transformando a Antiga Associação dos Ferroviários em um espaço para a Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (EMAET), direcionando seus objetivos para educação, a cultura e a inovação para Santa Maria, proporcionando o desenvolvimento de pequenas empresas, mini startups e incubadoras sociais e culturais, potencializando com isso a economia criativa local.
- Casa de Cultura de Santa Maria – Finalizada sua restauração e readequação, a proposta é que o prédio possa abrigar atividades e projetos dedicados às mais variadas formas de cultura, se tornando um ponto de referência para as atividades ligadas ao teatro, música, dança, artes

plásticas, letras, e suporte a Feira do Livro. No plano de preservação, uma realocação dos espaços conforme as demandas culturais e como patrimônio.

- Edifício da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV) – A conclusão da restauração deste importante ícone do patrimônio da cidade deve ser buscada para o posterior aproveitamento do local com eventos culturais, cursos de formação e capacitação técnica, na área das Artes Cênicas e do Cinema.
- Apoiar ampliação e modernização do Museu a partir de projetos que contemplem esta perspectiva.
- Ratificamos o compromisso de manter a parceria com a Associação dos Amigos do Teatro Treze de Maio para o seu pleno funcionamento e atividades.
- Encaminhar um debate para a viabilidade e criação do Museu dos Povos Originários. Este novo espaço poderá ter uma abrangência em suas ações e em seu acervo Museológico, na guarda e valorização da cultura material e imaterial dos Povos Indígenas de nossa região.
- Fomentar políticas públicas voltadas ao incentivo do audiovisual e do cinema local e a ampliação e qualificação do Santa Maria Vídeo e Cinema, festival criado em 2002 e que é uma referência estadual e nacional no setor.
- Valorizar os talentos musicais locais, buscando priorizar a participação destes artistas nos eventos promovidos pelo município.
- Reforço e manutenção dos estudos técnicos para ampliação da malha aérea e do Aeroporto Municipal para melhorias da infraestrutura e atendimento público.
- Construir centros e pontos de atendimento em locais essenciais para informações e orientações aos turistas, principalmente onde ocorrem desembarques domésticos (aeroporto e rodoviária) e grande fluxo/trânsito de pessoas. Dotar o centro da cidade com um “Quiosque de informações turísticas”.
- Rever e realizar instalação de sinalização de acesso e turística dos pontos e locais atrativos da cidade.
- Investir no paisagismo e na revitalização de praças e logradouros públicos que tornam a cidade mais atrativa e acolhedora ao olhar do turista, ao mesmo tempo que trazem bem-estar e lazer ao morador local.
- Construir e qualificar os acessos aos atrativos turísticos viabilizando também a acessibilidade e a inclusão.
- Manter e inovar os espaços para as feiras livres e produtos orgânicos na área urbana, rural e bairros, pois este tipo de oferta é interessante tanto ao turista quanto ao consumidor local.

- Elaborar conjuntamente com os vários atores envolvidos – setores de bares, restaurantes, hotéis, universidades, Conselho Municipal de Turismo, empreendedorismo e população - uma proposta de perfil participativo, em consonância com as políticas nacionais e estaduais de turismo.
- Apoiar e fortalecer o Conselho Municipal de Turismo (Comtur).
- Estimular a capacitação e qualificação de profissionais do turismo por meio das parcerias público privadas, como universidades, Sebrae e Senac, entre outros.
- Promover e divulgar o produto turístico santa-mariense.
- Fomentar o turismo de natureza, sustentável, através de parcerias público-privada, visando a promoção de educação ambiental e geração de emprego e renda e atratividade turística, considerando os seguintes atrativos naturais: Monumento Natural Paleontológico Sítio da Alemoa, Parque Natural dos Morros, Parque Municipal da Barragem, Caminho do Corredor Ecológico Quarta Colônia e Estrada do Perau.
- Fomentar o turismo cultural, formado pelo patrimônio material e histórico-cultural da cidade, formado por museus, centros culturais, centros históricos, artesanato, gastronomia, etc.
- Preservar, recuperar e revitalizar a memória ferroviária de Santa Maria, que inclui a Vila Belga, Gare ou Estação Ferroviária, Associação dos Empregados da viação Férrea (Clube na Vila Belga), Monumento ao Ferroviário (e construir o Memorial à Classe Ferroviária, na Estação ferroviária de Santa Maria).
- Dar continuidade ao projeto Distrito Criativo Centro-Gare, estimulando e apoiando o empreendedorismo da Economia Criativa local.
- Apoiar, fortalecer e estimular o Turismo religioso em toda sua multiplicidade, na cidade.
- Apoiar, fortalecer e estimular o Turismo de eventos e negócios existentes ou que venham a surgir, aproveitando o potencial gerado com a conclusão da obra do Centro de Eventos.
- Apoiar, fortalecer e estimular o desenvolvimento do Turismo Rural.

7 INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIVERSIDADES

Assistência Social

- Resgate da Assistência Social como política pública, dever do Estado e organizada dentro do sistema conquistado pela sociedade, com reconhecimento ao papel fundamental das entidades da sociedade civil e da solidariedade, mas reforçando o dever do Estado na condução da política pública.

- Criação de política específica, em parceria com o Governo Federal, para capacitação e fomento ao acesso ao mundo do trabalho para a autonomia dos beneficiários de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Instituir Territórios de Proteção Social, formalizando protocolos de ação integrada e complementar entre as atenções territoriais do SUAS, SUS, Educação, Geração de Trabalho e Renda e Segurança Alimentar, que operam nas diferentes regiões do município, buscando gerar inter-relação entre os serviços sociais de atenção cotidiana às famílias para superação da fome e da pobreza.
- Desenvolvimento de um Programa Municipal de Transferência de Renda, de forma complementar aos benefícios federais, sobretudo para pessoas e famílias em situação de desproteção social, em especial às mães-solo, que acumulam de forma exclusiva todas as responsabilidades pela criação dos filhos, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental.
- Ampliação da rede socioassistencial, conforme os dados da vigilância socioassistencial e amplo debate com a população, demanda e necessidades dos territórios.
- Reestruturar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), fortalecendo-os como responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, realizando o diagnóstico das regiões de vulnerabilidade e risco social, a fim de oferecer novos equipamentos sociais capazes de materializar a cidadania aos usuários da assistência.
- Buscar junto ao Governo Federal a ampliação do número de famílias beneficiadas com o Bolsa Família, atuando fortemente na busca ativa das famílias mais vulneráveis, os mutirões para cadastramento e a qualidade dos dados enviados.
- Fortalecer e ampliar os programas e projetos desenvolvidos na rede de Proteção Social Básica.
- Oportunizar melhor acesso, seja através dos CRAS e da Secretaria para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com horários e formas de atendimento que possibilitem a identificação de parte da diversidade do município, dando suporte ao reconhecimento de grupos populacionais cuja forma de vida e organização sociopolítica refletem saberes e modos de vida ancorados em processos conjunturais, históricos e culturais diversos.
- Fortalecimento das políticas intersetoriais para as pessoas em situação de rua, drogadição, trabalho infantil, pessoas idosas, mulheres vítimas de violência, migrantes e demais públicos em situação de vulnerabilidade, através da articulação da rede de políticas de assistência social,

saúde, educação, habitação, cultura, relação com sistema de justiça, conselhos setoriais e de direitos, entre outros.

- Organizar e reestruturar o Sistema Municipal de Assistência Social e o Sistema de Avaliação e Monitoramento das ações da Assistência Social com objetivo de prover as unidades de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de dados e informações para subsidiar o processo de planejamento das ações e tomada de decisões do órgão gestor do Sistema Único de Assistência Social.
- Atualizar o diagnóstico da situação social do território de Santa Maria, com a elaboração de mapa sócio econômico para orientar políticas promotoras de direitos e políticas emancipatórias em benefício das populações vulnerabilizadas socialmente.
- Resgatar e qualificar as diretrizes para prestação de serviços sócio assistenciais, definindo padrões de qualidade e implementando mecanismos de controle e avaliação dos serviços prestados pelas entidades parceiras da Prefeitura, através de trabalho conjunto com os Conselhos Municipais.
- Fortalecer o Controle Social, resgatando seus propósitos, seu papel deliberador e fiscalizador das políticas municipais.
- Garantir a Participação Social dos usuários da assistência social através de iniciativas de educação popular, garantindo espaço de discussão e avaliação dos programas e serviços e do estímulo a participação.
- Promover campanhas para destinação do Imposto de Renda, que possam ter maior adesão quando atreladas ao compromisso da transparência no uso de seus recursos para ações efetivas.
- Organizar e qualificar o serviço especializado em abordagem social, para ser de forma continuada com a finalidade de assegurar uma abordagem e busca ativa para identificar, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de drogas, dentre outras. A abordagem deverá ser realizada nas ruas, praças, estradas, espaços públicos onde ocorram atividades laborais (como feiras e mercados), locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, prédios abandonados, lixões, semáforos, entre outros.
- Implementar o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, sendo esta referência para atendimento especializado à população em situação de rua, dialogar com a Casa de Passagem, com Restaurante Popular e com as diversas iniciativas de diminuição da pobreza e desigualdade.

- Consolidar uma política de convivência social e comunitária para idosos e idosas, que possa articular diferentes frentes nas políticas sociais, tornando Santa Maria referência de cuidado e longevidade.
- Fortalecer o Programa de Medidas Sócioeducativas em meio aberto, garantindo recursos humanos, fortalecimento de parcerias institucionais visando a criação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os jovens atendidos.
- Reestruturar e qualificar o atendimento da Casa de Passagem, aliando ao Consultório de Rua, Abordagem Social e demais serviços do município para contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos e reestabelecer vínculos familiares e/ou sociais.
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais, de famílias e/ou indivíduos afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem, promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.
- Qualificar e reestruturar demais equipamentos, serviços, programas e projetos de proteção social, proteger e enfrentar situações de vulnerabilidade e risco, além da promoção e defesa de direitos.

Diálogo Inter-religioso e Combate à Intolerância Religiosa

- Promover o respeito as diversas formas de manifestações religiosas e culturais, garantindo a liberdade de culto prevista constitucionalmente, é necessário promover o respeito e a paz entre as diferentes religiões.
- Orientar os diversos setores da administração pública municipal sobre a necessidade de respeitar plenamente a livre manifestação religiosa.
- Combater todas as formas de intolerância religiosa e o racismo religioso em toda esfera municipal, principalmente no que diz respeito aos Povos de Terreiro, que historicamente foram afetados diretamente nesse sentido.
- Respeitar templos e todos os espaços de manifestação religiosa de forma igualitária, em observância estrita aos preceitos do caráter laico do Estado e de completa liberdade de manifestação religiosa assegurados pela Constituição Federal.
- Assegurar o cumprimento da imunidade tributária para Templos Religiosos, de acordo com a previsão constitucional.

- No planejamento das atividades públicas municipais (programas, concursos, festas etc.) serão igualmente consideradas as datas mais significativas no calendário anual das diferentes religiões.

População LGBTQIAPN+

- Criar uma Coordenadoria Municipal.
- Atuar e incentivar o combate à LGBTfobia.
- Fortalecer as políticas públicas desta população.
- Incentivar a criação do Conselho Municipal da População LGBTQIAPN+ para auxiliar na elaboração de uma política municipal de promoção à diversidade e cidadania.
- Atuar na qualificação constante dos servidores e dos serviços públicos municipais para um melhor atendimento às necessidades dos diferentes públicos LGBTQIAPN+ e no enfrentamento do preconceito, discriminação e violência motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero.
- Estimular a participação desta população em todos os conselhos do município.
- Fortalecer e ampliar o funcionamento pleno do Laboratório Transcender.
- Promover junto com o Conselho Tutelar Municipal ações de acolhimento aos jovens desta população que sofram violência doméstica, física e/ou psicológica e/ou não são aceitos nos seus respectivos lares.
- Promover campanha ampla e periódica dirigida à população LGBTQIAPN+ com foco em seus direitos e no combate ao preconceito.

Idosos

- Valorizar o trabalho do Conselho Municipal do Idoso na construção, efetivação e fiscalização de políticas públicas a serem implementadas aos idosos.
- Transformar o Fundo Municipal do Idoso em instrumento ágil e eficaz para a captação de recursos públicos e privados para custear as políticas para os idosos a serem implementadas, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros no município.
- Empenhar esforços para a criação de Centros de Convivência, adequados para idosos dotados de autonomia, oferecendo atividades recreativas, culturais, educacionais, de inclusão digital e de lazer.
- Fortalecer o trabalho dos diversos Grupos de Terceira Idade já existentes em Santa Maria.

- Promover a integração do idoso à sociedade buscando parcerias junto a Universidades, Institutos, Escolas Técnicas, entre outros organismos, para acordar estágios, em forma de atendimento multiprofissional aos idosos.
- Fortalecer programas de saúde preventiva voltados para a Terceira Idade, como grupos de apoio para doenças crônicas, campanhas de vacinação, atividades físicas supervisionadas.
- Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância do envelhecimento saudável, combate ao preconceito (etarismo) e à violência contra os idosos, além de promover a valorização e o respeito à Terceira Idade.
- Fortalecer os serviços de apoio social e psicológico para os idosos com a estruturação de grupos de acolhimento e de acompanhamento visando o bem-estar mental e emocional.

Juventude

- Retomar o Conselho Municipal das Juventudes, de caráter fiscalizador das políticas públicas para as juventudes.
- Reconstruir as estruturas de desenvolvimento de políticas públicas para as juventudes no município.
- Realizar as Conferências Municipais das Juventudes, enquanto fórum de discussão e formulação de políticas públicas voltadas às juventudes do município;
- Promover estudo sobre a viabilidade da criação do Centro de Referência das Juventudes.
- Criar a Estação-Juventude, em parceria com o programa do Governo Federal, potencializando o acesso a tecnologias sociais para a promoção e garantia dos direitos das juventudes.
- Apoiar a criação, fortalecimento e reconhecimento das organizações legítimas de juventudes, como Grêmios Estudantis, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes, coletivos culturais, esportivos, religiosos, ambientais, comunitários, entre outros.
- Realizar periodicamente um seminário de monitoramento das políticas públicas para as Juventudes.
- Implementar, através de programas de incentivo ao primeiro emprego e de parcerias público-privadas – especialmente vinculadas a instituições de ensino e pequenas empresas cursos de qualificação nos principais setores de empregabilidade do município;
- Fortalecer os vínculos do município com as universidades da região, objetivando a concessão de estágios a jovens universitários nas instituições do município.
- Desenvolver aceleradoras e incubadoras públicas visando promover a inclusão digital, incentivando tecnologias locais para combater as desigualdades territoriais.

- Expandir o acesso à internet e a dispositivos de tecnologia, em áreas vulneráveis.
- Realizar parcerias para promover cursos de capacitação em programação e tecnologias digitais.
- Incentivar a realização de feiras livres, populares e de economias solidárias, valorizando jovens feirantes.
- Disseminar e estimular a adesão aos programas federais que fomentam a qualidade de vida e a promoção da saúde das juventudes.
- Criar oportunidades de acesso, através de chamadas públicas, realização de concursos e publicação de editais, à produção artística e cultural das juventudes santa-marienses; divulgar e fomentar a participação de jovens nas leis de incentivo à cultura federal como a Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo.
- Construir e reformar espaços públicos para práticas culturais e esportivas nos mais diversos bairros da cidade, tais como pistas de skate, quadras esportivas, praças, centros culturais.
- Fomentar a realização de eventos e oficinas culturais das juventudes de forma descentralizada.
- Buscar recursos para a criação de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) nos bairros.
- Apoiar projetos dos cursos pré-universitários populares e gratuitos;
- Fortalecer e firmar parcerias, principalmente com universidades, para ampliação de programas de cuidado e promoção da saúde mental das juventudes.
- Buscar meios que garantam o acesso à internet de qualidade e meios tecnológicos aos jovens da área rural.
- Promover acesso à cultura e lazer para jovens nas comunidades rurais.

Políticas Públicas para as Mulheres

- Implementar políticas que garantam a autonomia econômica das mulheres considerando o trabalho formal e informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho, e os meios para possibilitar outras perspectivas de vida às mulheres.
- Criar políticas de inclusão e qualificação de mulheres na sua diversidade para o mundo do trabalho.
- Criar políticas específicas para mulheres de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), respeitando suas singularidades.
- Promover o enfrentamento de desigualdades geracionais, com especial atenção às jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Educação para igualdade e cidadania

- Implementar políticas no âmbito das escolas, na comunidade e em todos os espaços públicos, que promovam educação não discriminatória como instrumento para superação de desigualdades de direitos e de oportunidades.
- Promover a formação do corpo docente das escolas municipais no que se refere às questões de desigualdade, preconceito, discriminação e de violência contra as mulheres de modo a serem agentes de mudança junto a estudantes e na comunidade em geral.

Saúde integral das mulheres

- Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde das mulheres em fase reprodutiva e não reprodutiva, nos serviços do Sistema Único de Saúde em todos os níveis de complexidade.
- Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
- Criar em Santa Maria a “Casa da Mulher Brasileira” com recursos do Programa Mulher Viver sem Violência do Governo Federal.
- Fortalecer a Rede de Atenção às mulheres em situação de violência e implantação do Fluxo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência construído pelo Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres de Santa Maria.
- Implementar estratégias educativas que se somem de forma permanente à Secretaria de Município da Educação no sentido de erradicar a violência contra mulheres.
- Criar o Observatório Municipal da Violência contra as Mulheres.
- Criar Grupos Reflexivos para homens em Unidades Básicas de Saúde de regiões estratégicas, em parceria com o Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria.
- Adequar o Centro de Referência às Mulheres (CRM) à “Norma Técnica de Uniformização de Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência”.
- Efetivar o Cumprimento do Protocolo “Não é Não” no município de Santa Maria.

Participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão

- Criação de uma Estrutura que deverá se ocupar da formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para mulheres com foco na promoção da igualdade.

- Desenvolver ações que estimulem e possibilitem o protagonismo das mulheres, considerando sua diversidade, na esfera pública e privada no município, bem como na execução de políticas públicas.
- Estimular a participação das mulheres em instâncias de controle social como conselhos participativos e conferências, assim como para a criação de fóruns de debate e discussão que tenham como foco os direitos humanos das mulheres e as políticas públicas para as mulheres como instrumento para seu empoderamento.
- Democratizar o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Santa Maria/RS por meio de nova lei que permita a sua reestruturação, de modo a ser representativo dos segmentos de mulheres.
- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres a partir das demandas de Conferências de Políticas Públicas para Mulheres de Santa Maria.

Direito à moradia digna e infraestrutura social

- Garantir prioridade para as mulheres, em sua pluralidade, e especificidades culturais no acesso às políticas de habitação do município, possibilitando que o registro e titularidade do imóvel favoreçam preferencialmente as mulheres.

Cultura, mídias e comunicação democráticas e não discriminatórias

- Incentivar, nos espaços públicos e privados, atitudes e ações que valorizem e estimulem a promoção da igualdade.
- Promover atividades que estimulem a conscientização da comunidade a respeito de pautas como direitos das mulheres, ocupando espaços da própria comunidade, como centros comunitários, escolas e unidades básicas de saúde.

Pessoa com Deficiência - PCD

- Cumprir e zelar pela observância ao estabelecido no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e legislações correlatas voltadas a garantia dos direitos da população com deficiência.
- Implementação e fiscalização da acessibilidade em espaços públicos, transporte, edifícios e serviços.
- Capacitação contínua para professores e equipe escolar em práticas inclusivas.
- Cumprimento do Atendimento Educacional Especializado com efetivação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) nas escolas.

- Incentivo para contratação de monitores/profissionais de apoio escolar, frente a falta de profissionais que acarretam ausência de aceitação do aluno PCD na escola, tendo como consequência a ausência de inclusão da criança.
- Ampliação do acesso a serviços de saúde especializados, incluindo fisioterapia, terapia ocupacional e apoio psicológico.
- Reforço e investimento em Centros de Acolhimento Específicos (Centro de Referência), com atendimento especializado para demandas de pessoas com deficiência.
- Apoio psicossocial para famílias e cuidadores de pessoas com deficiência.
- Promoção de eventos culturais acessíveis e incentivo à produção artística de pessoas com deficiência.
- Infraestrutura esportiva acessível e programas esportivos adaptados.
- Campanhas educativas para combater o preconceito, capacitismo e a discriminação.
- Informatizar e automatizar cadastros para facilitar o acesso sem a necessidade de deslocamento das pessoas com deficiência ao espaço físico do serviço público.
- Parcerias com as instituições de ensino para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas.
- Capacitação para utilização de tecnologias por pessoas com deficiência e familiares.
- Promoção de acessibilidade ao transporte público.
- Incentivo à participação ativa de pessoas com deficiência na vida política e comunitária.

Povos Originários

- Trabalhar no auxílio às comunidades indígenas na busca de projetos para a manutenção e preservação dos seus territórios.
- Atuar no reconhecimento das aldeias como locais culturais, fortalecer suas presenças nos mapas culturais do município e fortalecer a participação destas nos editais públicos voltados à cultura.
- Atuar pela concretização do projeto de construção de uma casa de passagem, demanda antiga das comunidades.
- Garantir a participação em projetos e programas municipais voltados à construção de moradias e apoiar o acesso a congêneres estaduais ou federais.

Relações Comunitárias

- Instalar uma estrutura de Relações Comunitárias ligada ao Gabinete do Prefeito, que estabeleça uma relação direta com as comunidades, através de suas lideranças.

- Estabelecer parcerias público comunitárias, que possibilite à comunidade decidir suas prioridades, garantindo a participação popular.
- Garantir, a participação das 8 (oito) regiões administrativas, através de suas lideranças, no conselho do Instituto de Planejamento (IPLAN), propiciando assim a participação direta das comunidades no planejamento da cidade;
- Incentivar a participação popular no Plano Plurianual (PPA) de Santa Maria através de audiências públicas em todas as regiões da cidade;
- Fortalecer a participação da comunidade nos diversos Conselhos, bem como estabelecer uma relação de proximidade com estes;
- Garantir espaços adequados para o funcionamento dos Conselhos.
- Recriar a ação Pé no Bairro, reestabelecendo o contato direto da Administração Pública com a Comunidade, levando periodicamente todas as secretarias para locais determinados a fim de estabelecer uma relação direta com a sociedade;
- Reativar a Agenda Cidadã.

Segurança e Soberania Alimentar Nutricional Sustentável

- Elaborar um mapeamento das áreas da cidade, mais afetadas pela insegurança alimentar, para direcionar melhor recursos e esforços.
- Trabalhar em conjunto com Universidades, Institutos de Pesquisas e Organizações Sociais para implementar e aprimorar programas de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Instituir o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Aderir ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), possibilitando a aquisição de alimentos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Criar o Programa Santa Maria Contra a Fome.
- Aumentar a oferta das refeições no Restaurante Popular, e avaliar a necessidade de descentralizar o serviço, mediante pesquisa de demanda.
- Incentivar a ampliação das hortas comunitárias, como fomento a geração de emprego e renda.
- Incentivar que as cozinhas comunitárias também funcionem como escolas de formação culinária.
- Propor hortas em escolas do município e associações de bairros.
- Fortalecer a atuação da Rede de Cozinhas Comunitárias e Cozinhas Solidárias.
- Ampliar o número de feiras nos bairros priorizando a distribuição de produtos de qualidade, agroecológicos e da agricultura familiar e das hortas urbanas.

- Garantir alimentos de qualidade na merenda escolar, excluindo os ultraprocessados, estimulando hortas escolares.

“Vamos juntos por Santa Maria”